

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002267-37.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **MARA RUBIA FONSECA DA SILVA**
Requerido: **VALTEC MANUTENÇÃO DE LAVADORAS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que contratou o réu para consertar sua máquina de lavar roupas.

Alegou ainda que pagou o valor de R\$400,00 pelo serviços, sendo que o réu retirou da máquina de lavar roupas a placa eletrônica e se comprometeu em consertá-la em sua empresa.

Porém não devolveu a placa consertada.

Almeja a autora a restituição da placa eletrônica de sua máquina de lavar roupas, a devolução do dinheiro que pagou pelo serviços, além de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

gastos extra de energia elétrica que teve que suportar pelo compartilhamento de outra máquina de lavar.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação ao réu, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que o réu não demonstrou satisfatoriamente aquilo que alegou em sua contestação na audiência de tentativa de conciliação. (fl.10)

Limitou-se em contestação a asseverar que não houve falha a seu cargo e que os problemas ocorridos na placa eletrônica da máquina da autora foi decorrente de oscilação de energia elétrica no seu imóvel o que já lhe alertará anteriormente.

Todavia mesmo o réu intimado a esclarecer se desejava a produção de outras provas mas permaneceu inerte (fls. 24 e 29).

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isso porque o réu não se desincumbiu do ônus de demonstrar que as avarias ocorridas na placa eletrônica da máquina de lavar roupas da autora derivou de mal uso da mesma, ou que a tinha orientado a proceder de forma diferente enquanto a máquina estava sem uso.

O quadro delineado mostra-se suficiente para a decisão da causa, não necessitando da produção de outro tipo de prova qualquer, pois, é incontroverso o evento danoso suportado pela autora.

A pretensão deduzida há de ser acolhida, pois.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para: (1) condenar o réu entregar à autora no prazo máximo de dez dias a placa eletrônica da máquina de lavar roupas da autora e especifica à fl. 1, sob pena de multa diária no valor de R\$50,00 até o limite de R\$500,00; (2) condenar o réu a pagar à autora o valor de R\$600,00 com correção monetária a partir da propositura da ação e juros de mora a contar da citação.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e a multa atingida o seu limite, se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação do pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 09 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**